

**ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS
ACADEMIA REAL MILITAR (1810)
CURSO DE CIÊNCIAS MILITARES**

Rafael Rodrigues dos Passos

**PROTEÇÃO ÀS PESSOAS NOS CONFLITOS ARMADOS: OPERAÇÃO DE
EVACUAÇÃO DE NÃO COMBATENTES**

Resende

2019

Rafael Rodrigues dos Passos

**PROTEÇÃO ÀS PESSOAS NOS CONFLITOS ARMADOS: OPERAÇÃO DE
EVACUAÇÃO DE NÃO COMBATENTES**

Monografia apresentada ao
Curso de Graduação em Ciências
Militares, da Academia Militar
das Agulhas Negras (AMAN,
RJ), como requisito parcial para
obtenção do título de **Bacharel
em Ciências Militares.**

Orientador: Cel Ajamir Brito de Melo

Resende

2019

Rafael Rodrigues dos Passos

**PROTEÇÃO ÀS PESSOAS NOS CONFLITOS ARMADOS: OPERAÇÃO DE
EVACUAÇÃO DE NÃO COMBATENTES**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Militares, da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN, RJ), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Ciências Militares.**

Aprovado em _____ de _____ de 2019.

Banca examinadora:

Cel Ajamir Brito de Melo
(Presidente/Orientador)

Maj Stanley Frota da Silva

Maj Olavo Travassos Pereira da Silva

Resende
2019

Dedico este trabalho de conclusão de curso primeiramente a Deus quem me deu forças a viver todas as adversidades da carreira com muita perseverança e dedicação. A meus pais, Angélica e Luiz , que me deram todo suporte necessário para chegar até onde cheguei e a minha esposa Amanda que também sempre teve comigo em todos os momentos da vida acadêmica , com paciência , dedicação e companheirismo

AGRADECIMENTOS

Agradeço a meu orientador, Coronel Ajamir Brito de Melo por toda dedicação em me orientar da melhor forma possível, visando alcançar os objetivos estabelecidos do TCC.

RESUMO

PROTEÇÃO ÀS PESSOAS NOS CONFLITOS ARMADOS: OPERAÇÃO DE EVACUAÇÃO DE NÃO COMBATENTES

AUTOR: Rafael Rodrigues dos Passos

ORIENTADOR: Cel Ajamir Brito de Melo

Este estudo diz respeito à proteção às pessoas nos conflitos armados, dando-se ênfase à Operação de Evacuação de Não Combatentes – Op ENC. O objetivo geral foi analisar como se dão as Op ENC, tendo sido conceituado conflitos armados, e verificado a importância do militar que participa deste tipo de operação estar capacitado para tal. Para a realização do trabalho utilizou-se a pesquisa bibliográfica, onde foram utilizados Manual de Operação de Evacuação de Não Combatentes do Exército Brasileiro e autores de artigos que abordavam o tema. Ao final concluiu-se pela importância da capacitação dos militares que têm como missão a participação neste tipo de operação.

Palavras-chave: Op ENC. Proteção. Pessoas. Conflitos armados. Exército Brasileiro.

ABSTRACT

PROTECTION OF PERSONS IN ARMED CONFLICTS: EVACUATION OF NON-COMBATING OPERATIONS

AUTHOR: Rafael Rodrigues dos Passos

ORIENTER: Cel Ajamir Brito de Melo

This study concerns the protection of persons in armed conflicts, with emphasis on the Non-Combatant Evacuation Operation - Op ENC. The general objective was to analyze how the Op ENC is given, having been conceptualized armed conflicts, and verified the importance of the military that participates in this type of operation to be able to do so. For the accomplishment of the work the bibliographic research was used, where Manual of Operation of Evacuation of Noncombatants of the Brazilian Army and authors of articles that approached the subject were used. At the end, it was concluded that military personnel have the capacity to participate in this type of operation.

Keywords: Op ENC. Protection. People. Armed conflicts. Brazilian army.

LISTA DE ABREVIATURA

Op ENC	Operação de Evacuação de Não Combatentes
ENC	Evacuação de Não Combatentes
C Op	Comandos Operacionais
FA	Forças Armadas
Cmt Op	Comandante da Operação
Gp Avç	Grupo Avançado
For Tar Anf	Força Tarefa Anfitriã
DCA	Destacamento de Comando Avançado
Dst Prec	Destacamento Precursor
LDS	Local Destino Seguro

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
1.1 OBJETIVOS	11
1.1.1 Objetivo geral.....	11
1.1.2 Objetivos específicos.....	11
2 REFERENCIAL TEÓRICO	12
2.1 CONFLITOS ARMADOS	16
2.2 OPERAÇÕES DE EVACUAÇÃO DE NÃO COMBATENTES – ENC.....	17
2.2.1 A missão da cavalaria em ENC na manobra escolar da Academia Militar das Aglhas Negras	21
2.3 DECISÕES BASEADAS EM EVIDÊNCIAS	22
2.3.1 Situações extremas.....	23
2.3.2 Evacuações de civis em risco: as agências humanitárias e as forças militares	24
3 REFERENCIAL METODOLÓGICO.....	24
3.1 TIPOS DE PESQUISA.....	25
3.2 MÉTODOS	25
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
REFERÊNCIAS.....	28
ANEXOS.....	29
ANEXO 1 – MILITAR GUARDANDO ÁREA DE EVACUADOS	30
ANEXO 2 – HOSPITAL DE CAMPANHA PARA EVACUADOS.....	31
ANEXO 3 – EVACUAÇÃO DE NÃO COMBATENTES NA MANOBRA ESCOLAR	32
ANEXO 4 – EVACUAÇÃO DE NÃO COMBATENTES NA MANOBRA ESCOLAR	33

1 INTRODUÇÃO

O estudo realizado trata sobre o assunto “Proteção às pessoas nos conflitos armados: operação de evacuação de não combatentes”, campo de pesquisa conforme definido na Portaria Normativa n. 861/MD de 4 de abril de 2013.

Segundo Brasil (2013), devido ao fato do Brasil manter relações comerciais com outros países, muitas empresas, representações e organizações brasileiras atuam em outras nações, as quais muitas vezes passam por problemas políticos, econômicos e sociais que levam a um clima de insegurança e muitas vezes risco à integridade física dos cidadãos brasileiros.

Assim sendo, necessário se faz as Operações de Evacuação de Não Combatentes, as quais são conduzidas pelo Ministério da Defesa, com a finalidade de retirar de território estrangeiro brasileiros que corram risco de morte. Para tanto a entrada de uma força militar no país anfitrião é necessária, assegurando assim condições de segurança para a retirada dos brasileiros (BRASIL, 2013).

Com isso surgiu a necessidade da criação de um Manual que estabeleça os fundamentos básicos para a orientação dos Comandos Operacionais (COp), intitulado como Manual de Operações de Evacuação de Não Combatentes, o qual encontra amparo na Portaria Normativa 861/MD/2013.

Tal Manual prevê os fundamentos da operação de evacuação de não combatentes (ENC); as relações de comando e coordenação da Operação de ENC; emprego e procedimentos de operação de ENC; processamento de evacuados e operação da base intermediária de apoio e locais de destino seguro.

Justifica-se este tema devido ao fato do mesmo ser de grande relevância para o Exército Brasileiro, tendo em vista que a evacuação de não combatentes também pode se dar em território nacional, durante um conflito armado. Desta forma, é fundamental que o militar conheça todos os procedimentos que devem ser adotados nestas situações.

De acordo com Brasil (2013), devido ao fato de haver muitos brasileiros em países estrangeiros, existindo assim a possibilidade de haver problemas políticos, econômicos e sociais que coloquem essas pessoas em situações de risco, necessário se faz a preparação dos militares para atuarem na evacuação destes indivíduos em caso de necessidade.

Assim sendo, problematiza-se a questão: como se dá a operação de evacuação de não combatentes? Qual a importância do militar conhecer bem os procedimentos de uma operação como esta?

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo geral

Analisar como se dão as Operações de Evacuação de Não Combatentes.

1.1.2 Objetivos específicos

Conceituar conflitos armados;

Analisar como se dão as Operações de ENC;

Verificar como se dá o treinamento dos militares para este tipo de operação;

Verificar a importância do militar que participa deste tipo de operação estar capacitado para tal.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo Medeiros e Soares (2009), onde as hostilidades estão ocorrendo, as condições para civis e outras pessoas são preocupantes, principalmente no caso de brasileiros em outros países, exigindo resposta rápida por parte do Exército Brasileiro. Assim, torna-se necessário em todas as situações de violência e conflito armado, a necessidade potencial de evacuações de não combatentes.

Será necessário que os militares envolvidos em evacuações de não combatentes desenvolvam contingências, incluindo a pré-identificação dos recursos, bem como uma equipe treinada e qualificada para planejar e implementar as evacuações (MEDEIROS e SOARES, 2009).

Brasil (2013) afirma que as Operações de ENC pode se dar em território estrangeiro, bem como em território nacional, dependendo de onde seja solicitada a intervenção do Exército Brasileiro, a fim de que seja assegurada a proteção das pessoas nos conflitos armados.

Os ambientes operacionais se dividem em: ambientes permissivos (fig. 1 – pág. 14), ambiente incerto (fig. 2 – pág. 14) e ambiente hostil (fig. 3 – pág. 15). Os ambientes permissivos são aqueles em que não se espera resistência às operações de evacuação. Os incertos são aqueles em que as FA do país anfitrião não possui controle sobre o território e a população. Os ambientes hostis são aqueles em que o país anfitrião adotou postura hostil, colocando em risco a operação (BRASIL, 2013).



Fonte: EXÉRCITO BRASILEIRO (2019)

Figura 2 – Ambientes operacionais incertos



Fonte: EXÉRCITO BRASILEIRO (2019)

Figura 3 – Ambiente operacional hostil

Ambientes Operacionais

- Hostil – Perda do controle total da situação pelo país anfitrião.



- Desordem civil
- Ataques terroristas
- Combate

Evolução Rápida !

Fonte: EXÉRCITO BRASILEIRO (2019)

Segundo Medeiros e Soares (2009), onde as hostilidades estão ocorrendo, as condições para civis e outras pessoas são preocupantes, principalmente no caso de brasileiros em outros países, exigindo resposta rápida por parte do Exército Brasileiro. Assim, torna-se necessário em todas as situações de violência e conflito armado, a necessidade potencial de evacuações de não combatentes.

Tem-se observado com frequência, através da mídia e de outros canais de comunicação, que em vários países brasileiros buscam ajuda para poder deixar o país, devido a crises e conflitos existentes que colocam em risco suas vidas. Essas pessoas contam com o Exército Brasileiro para fazer sua evacuação, assegurando assim sua integridade.

Será necessário que os militares envolvidos em evacuações de não combatentes desenvolvam contingências, incluindo a pré-identificação dos recursos, bem como uma equipe treinada e qualificada para planejar e implementar as evacuações (MEDEIROS e SOARES, 2009).

A capacitação de todos os militares, seja para operações de guerra ou não guerra são fundamentais. Através destas capacitações os mesmos poderão adotar medidas que na maioria das vezes irá salvar a vida de outras pessoas ou de si próprio. Assim ocorre no contexto da

evacuação de não combatentes. É preciso que haja capacitação por parte dos militares que irão trabalhar na missão, para garantir o sucesso da mesma.

Brasil (2013) afirma que as Operações de ENC pode se dar em território estrangeiro, bem como em território nacional, dependendo de onde seja solicitada a intervenção do Exército Brasileiro, a fim de que seja assegurada a proteção das pessoas nos conflitos armados.

Os ambientes operacionais se dividem em: ambientes permissivos, ambiente incerto e ambiente hostil. Os ambientes permissivos são aqueles em que não se espera resistência às operações de evacuação. Os incertos são aqueles em que as FA do país anfitrião não possui controle sobre o território e a população. Os ambientes hostis são aqueles em que o país anfitrião adotou postura hostil, colocando em risco a operação (BRASIL, 2013).

Brasil (2013) cita algumas considerações específicas em uma Op ENC: apoio de saúde; busca e resgate em combate e evacuação aeromédica; restos mortais; comunicação social; operações psicológicas e assessoria jurídica.

Devido às peculiaridades de cada uma destas operações, é preciso que o militar conheça os procedimentos a serem adotados em cada uma delas, uma vez que, diante das várias características dos ambientes operacionais acima citados, poderá ser difícil tomar uma decisão no momento exato, devendo o militar estar apto a fazê-lo.

Com relação ao processamento de evacuados, Brasil (2013, p. 27) afirma que:

O processo de evacuação pode acontecer em um terminal aéreo, rodoviário, porto, praia ou LDS. Indiferentemente da localização, deve ser implementado um plano para a recepção e para o cuidado dos evacuados. Os deveres primários do C Op incluem a manutenção da ordem no local da evacuação e o apoio aos esforços do Embaixador.

Para tanto são criados uma área de reunião de evacuados e um centro de controle de evacuados. Além disso também são criados: um setor de desembarque e recepção; setor de bagagem; posto de saúde inicial; setor de evacuados; posto de saúde principal; setor de embarque; setor de transportes; setor de comando; posto de recusa; área de descontaminação e isolamento (BRASIL, 2013).

A operação da base intermediária de apoio e locais de destino seguro incluem: base intermediária de apoio; local de destino seguro; local de destino seguro intermediário; apoio na chegada ao território brasileiro (BRASIL, 2013).

Observa-se pelo descrito acima, que há todo um planejamento para que as Operações de ENC se dêem de forma rápida e sem maiores problemas, sendo tal planejamento feito de forma flexível, podendo o mesmo ser modificado de acordo com as necessidades do teatro de operações.

2.1 CONFLITOS ARMADOS

Segundo Perret (2016, p. 1), conflito armado é:

Um conflito político em que o combate armado envolve as Forças Armadas de pelo menos um Estado (ou uma ou mais facções armadas que tentam obter o controle total ou parcial do estado) e em que pelo menos mil pessoas foram mortas pelos combates durante o curso do conflito.

Em um número crescente de conflitos armados, bandos armados, milícias ou facções se envolvem em atividades criminosas (por exemplo, roubo, pilhagem, extorsão) para financiar suas campanhas político-militares, mas frequentemente também para o enriquecimento pessoal da liderança e do governo geral e subsistência das forças de combate (PERRET, 2016).

Assim, em algumas circunstâncias, enquanto a ordem desintegradora reflete o caos social causado pelo fracasso do Estado, a violência resultante ou o combate armado não são necessariamente guiados por um programa político ou por um conjunto de objetivos militares politicamente motivados ou definidos (PERRET, 2016).

No entanto, essas tendências são parte do caráter cambiante da guerra, e os conflitos caracterizados mais pelo caos social do que pela competição política / militar são, portanto, incluídos na tabulação dos conflitos armados atuais (PERRETO, 2016).

Em muitos conflitos armados contemporâneos, a luta é intermitente e envolve uma ampla gama de níveis de intensidade (fig. 4 – pág. 18).

Considera-se que um conflito armado terminou se: houve um cessar-fogo formal ou acordo de paz e, após o qual, não há mais mortes por combate (ou pelo menos menos de 25 por ano); ou na ausência de um cessar-fogo formal, considera-se que um conflito terminou após dois anos de inatividade (nos quais ocorreram menos de 25 mortes de combate por ano) (PERRET, 2016).

Figura 4 – Conflito armado



Fonte: ESPAÇO GEOGRÁFICO (2019)

2.2 OPERAÇÕES DE EVACUAÇÃO DE NÃO COMBATENTES – ENC

Segundo Brasil (2013), os ambientes operacionais onde se dão as ENC podem ser: ambiente permissivo, ambiente incerto ou ambiente hostil.

No ambiente permissivo não é esperada resistência às operações de evacuação. Assim, a operação necessita de pequeno ou nenhum emprego de forças militares no país anfitrião, podendo ou não ser estabelecidas medidas de processamento dos evacuados. O Cmt Op deve contar com a concordância e apoio do país anfitrião. Nessas condições, a principal preocupação do Cmt Op é com as atividades logísticas e legais de repatriação dos evacuados (BRASIL, 2013).

O ambiente incerto é o ambiente operacional em que as FA do país anfitrião, receptoras ou não à Op ENC, não detêm o controle efetivo do território e da população na região da operação. Devido à incerteza, o Cmt Op poderá dispor de unidades de segurança adicionais e prever a utilização de uma Força de Reação. O planejamento deverá contemplar a possibilidade de escalada para um ambiente hostil (BRASIL, 2013).

No ambiente hostil o governo do país anfitrião adotou postura hostil tais que põem em risco a permanência e a vida de brasileiros naquele território ou perdeu o controle da situação. É de se esperar que a evacuação seja realizada sob condições de desordem civil, ações terroristas ou de combate. Sob tais condições, o C Op deverá estar preparado para realizar a entrada em território hostil, estabelecer perímetros de segurança, escoltar comboios, participar de operações de busca e realizar triagem de pessoal (BRASIL, 2013).

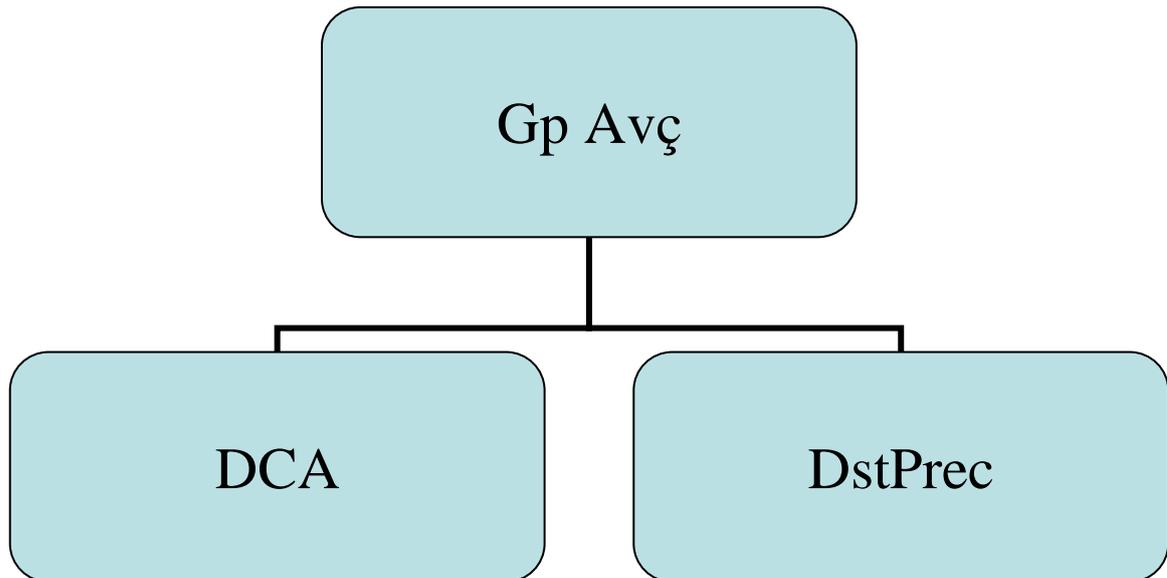
Com relação ao planejamento militar e constituição da força, irá depender do tipo de ambiente em que se dará a operação, bem como a capacidade militar do país anfitrião, podendo haver a possibilidade de se utilizar forças multinacionais (BRASIL, 2013).

Por se tratar de uma operação complexa, é preciso haver coordenação das ações entre as principais autoridades e organizações, sendo que O Embaixador deve manter o C Op inteiramente informado das condições do cenário e outras ações coordenadas que possam afetar a Op ENC. Estas ações incluem constrangimentos políticos nos assuntos legais do C Op, em acordos, em justiça, em privilégios e em imunidades, caso existam (BRASIL, 2013).

O Grupo Avançado Gp Avç, tem por missão estabelecer e manter ligação com a embaixada, e com as autoridades do país anfitrião, além de realizar reconhecimentos, a fim de contribuir para o planejamento e a execução da Op ENC (BRASIL, 2013).

As tarefas do Gp Avç incluem: testar o plano de comunicações; realizar estudo de situação em cartas, mapas e, se for o caso, levantar as necessidades de atualização; analisar o PEE frente à situação fática e disponibilizar os resultados ao C Op; realizar o check list dos meios necessários; e) inteirar-se das informações disponíveis para a execução da Op ENC e, caso necessário, obter ajuda para complementar essas informações; identificação de possíveis ameaças; manutenção do contato com as autoridades do país hospedeiro envolvidas na evacuação; e informar ao C Op sobre a necessidade de destruição de material (BRASIL, 2013).

A Marinha do Brasil, como parte integrante das Forças Armadas, também atua na ENC. Segundo Brasil (2004), o Gp Avç é uma organização por tarefas, subordinada à ForTarAnf, que precede o corpo principal da mesma dentro da AOA. Após o desembarque da ForDbq, o Gp Avç é, normalmente, incorporado a esta Força. Este grupo será composto por um Destacamento de Comando Avançado (DCA) e por um Destacamento Precursor (DstPrec), conforme apresentado no organograma abaixo.



Fonte: BRASIL (2004)

As considerações específicas de uma Op ENC incluem o apoio de saúde aos evacuados, principalmente se em ambiente hostil. Busca e resgate em combate e evacuação aeromédica. Assegurar tratamento apropriado aos restos mortais dos militares e não combatentes, priorizando o transporte dos vivos. Assegurar a liberação de informações, sem prejudicar a missão. Operações psicológicas, onde os esforços de Op Psc podem facilitar a passagem de informações pertinentes aos não combatentes, assim como induzir uma atitude ou um comportamento de não interferência para a Op ENC na população local. Assessoria jurídica aos subordinados (BRASIL, 2013).

Brasil (2013) cita algumas considerações específicas em uma Op ENC: apoio de saúde; busca e resgate em combate e evacuação aeromédica; restos mortais; comunicação social; operações psicológicas e assessoria jurídica.

Com relação ao processamento de evacuados, Brasil (2013, p. 27) afirma que:

O processo de evacuação pode acontecer em um terminal aéreo, rodoviário, porto, praia ou LDS. Indiferentemente da localização, deve ser implementado um plano para a recepção e para o cuidado dos evacuados. Os deveres primários do C Op incluem a manutenção da ordem no local da evacuação e o apoio aos esforços do Embaixador.

Para tanto são criados uma área de reunião de evacuados e um centro de controle de evacuados (fig. 5 – pág. 21). Além disso, também são criados: um setor de desembarque e recepção; setor de bagagem; posto de saúde inicial; setor de evacuados; posto de saúde

principal; setor de embarque; setor de transportes; setor de comando; posto de recusa; área de descontaminação e isolamento (BRASIL, 2013).

Figura 5 – Centro de controle de evacuados



Fonte: BELAVISTA.COM.BR (2019)

A operação da base intermediária de apoio e locais de destino seguro incluem: base intermediária de apoio; local de destino seguro; local de destino seguro intermediário; apoio na chegada ao território brasileiro (BRASIL, 2013).

Observa-se pelo descrito acima, que há todo um planejamento para que as Operações de ENC se dêem de forma rápida e sem maiores problemas, sendo tal planejamento feito de forma flexível, podendo o mesmo ser modificado de acordo com as necessidades do teatro de operações.

Cabe ao militar brasileiro defender tanto o território quanto os cidadãos de sua nação e como é sabido, muitos brasileiros encontram-se em países estrangeiros, os quais muitas vezes passam por situações de risco e insegurança devido à política interna do país em que se encontram. Assim sendo, é de suma importância que haja um planejamento em torno de uma operação militar para o resgate e proteção destas pessoas. Com isso surgem as Operações de Evacuação de Não Combatentes, devendo os militares ser treinados para executarem tais operações com eficiência.

2.2.1 A missão da cavalaria em ENC na manobra escolar da Academia Militar das Agulhas Negras

A cavalaria além de suas funções de combate atuando com ações retardadoras, ofensivas, defensivas e operações de reconhecimento possui como missão atuar em outras áreas solicitadas pelo escalão superior. Um exemplo são as operações de ajuda a não combatentes onde a cavalaria atua de forma a auxiliar a tropa que está responsável na manobra escolar que mesmo que não esteja contida no PLADIS da AMAN realiza tal operação na manobra escolar. Na figura 6 Briefing de recepção onde será explicado qual sequência que o refugiado irá ser submetido, qual processo que irá enfrentar sobre identificação, entrevista, exame médico, inspeção de saúde, sobre o destino de sua bagagem e como qual o destino de onde ele será encaminhado.

Figura 6 – Evacuação de não combatentes na manobra escolar



Fonte: CADETES DE CAVALARIA (2018)

Figura 7 – Evacuação de não combatentes na manobra escolar



Fonte: CADETES DE CAVALARIA (2018)

2.3 DECISÕES BASEADAS EM EVIDÊNCIAS

Segundo Fagundes (2016), usando uma abordagem baseada na comunidade sempre que possível, é necessário garantir uma avaliação completa e contínua, recolher informações e fazer análise dos riscos de proteção e condições de assistência humanitária para as comunidades em risco.

A coleta e a análise são igualmente importantes para se aplicar a potenciais áreas de realocação (incluindo em relação à disponibilidade de água, comida, cuidados médicos, liberdade de movimento, etc.) (FAGUNDES, 2016).

Essas informações e análises fornecerão a base de evidências para a defesa de direitos e também informar a tomada de decisão. Deve, por exemplo, levar a um mapeamento de áreas de risco, uma descrição das causas desses riscos e um conjunto de respostas opções. Eventualmente, a análise pode ser usada para negociar com partes no conflito (FAGUNDES, 2016).

2.3.1 Situações extremas

Civis que vivem em qualquer zona de guerra enfrentam ameaças à sua segurança. Fagundes (2016) focou-se nas situações mais extremas, onde os civis estão presos e fora das opções. Isso pode ocorrer quando:

- Os civis correm risco iminente de violência dirigida com base em fatores étnicos, políticos, religiosos ou tribais.
- Os civis estão localizados no fogo cruzado de hostilidades intensas, embora não necessariamente especificamente direcionados;
- Os civis são impedidos de fugir das partes em conflito; e / ou
- Bens, suprimentos médicos e pessoal humanitário não são capazes de entrar em uma área e alcançar os civis; a população civil e / ou civis não têm acesso a serviços básicos.

A clareza sobre o resultado desejado de qualquer ação tomada para ajudar aqueles em risco é uma pré-condição de esforços bem-sucedidos para aumentar a proteção de civis e para garantir que as medidas não resultem em dano adicional a eles (FAGUNDES, 2016).

Isto requer uma análise da situação de segurança, com vista a compreender o ambiente de ameaças, incluindo quais populações estão em maior risco e por quê, assim como o que está influenciando o ambiente de segurança. Segundo, uma compreensão das estruturas normativas e reguladoras é necessária. O Direito Internacional Humanitário (DIH) fornece uma estrutura para entender as obrigações das partes em um conflito armado (FAGUNDES, 2016).

Os “Padrões Profissionais para o Trabalho de Proteção” fornecem padrões comuns que deve orientar o trabalho de proteção de atores humanitários e de direitos humanos. Em suma, uma análise de ameaças a civis, regras legais relevantes e normas profissionais devem informar possíveis cursos de ação, e subsequente planejamento e implementação, para garantir os melhores resultados de proteção possíveis (FAGUNDES, 2016).

A proteção pode ser entendida de várias maneiras por diferentes atores: como objetivo e resultado a ser alcançado; como segurança fornecida a pessoas em risco; como obrigações legais internacionais e domésticas que buscam proteger civis, estruturas civis e pessoas detidas ou sob custódia de partes em conflito; como um conjunto de atividades por atores díspares. As atividades para melhorar a proteção podem incluir: assegurar a conformidade às partes relevantes com suas obrigações e respeito pelos direitos, dignidade e integridade das pessoas; pôr um fim às violações do DIH; ou outras ações específicas para reduzir o risco e aumentar a segurança das pessoas (FAGUNDES, 2016).

De acordo com Vasconcelos (2017), reconhecer os diferentes papéis e mandatos de vários atores que buscam melhorar a proteção a civis em conflitos armados é crucial quando se analisa se e como intervir e quem pode fazê-lo a fim de ajudar com sucesso uma população em risco. Atores humanitários, militares e outros podem se comprometer com medidas para ajudar os civis que enfrentam grave risco, e têm obrigações diferentes ao fazê-lo.

Os atores humanitários operam com base nos princípios da humanidade, imparcialidade e independência. Uma força militar interveniente deve cumprir o direito humanitário internacional na realização de suas operações (VASCONCELOS, 2017).

2.3.2 Evacuações de civis em risco: as agências humanitárias e as forças militares

Segundo Vasconcelos (2017), o acesso sustentado e desinibido às populações civis durante conflitos armados exige esforços conjuntos por parte das organizações humanitárias e dos militares, inclusive através de um diálogo contínuo com as partes envolvidas no conflito. No entanto, o acesso sustentado e desinibido nem sempre é possível. No caso de ameaças de ataque iminente contra civis, sua prolongada exposição ao fogo cruzado e negação a longo prazo de acesso a assistência e serviços, evacuações de populações civis são algumas vezes empreendidas.

As evacuações podem ser consideradas, por exemplo: para resgatar civis de situações de hostilidades ativas; para resgatar civis de ataques deliberados contra eles; e transferir os que estão em maior risco, como os doentes e feridos, para um local seguro para tratamento (VASCONCELOS, 2017).

Muitos participantes sentiram que as evacuações deviam ser consideradas uma ação de último recurso, quando outras opções para garantir que os civis estejam protegidos contra ataques e tenham acesso à assistência de que necessitam esgotados. Isto deve-se às consequências graves e a longo prazo do deslocamento, bem como ao risco de “Instrumentalização” por partes em guerra, que podem ver uma evacuação (e deslocamento) de uma determinada população civil como uma vitória militar ou política. Os participantes notaram que o “último recurso” deveria ser interpretado com os melhores interesses da população em mente e não deve atrasar o que pode ser uma evacuação apropriada e necessária para resgatar civis presos (VASCONCELOS, 2017).

3 REFERENCIAL METODOLÓGICO

Os procedimentos metodológicos utilizados foram os seguintes: leituras preliminares para aprofundamento do tema; fichamento das principais referências bibliográficas que foram utilizadas no decorrer do estudo, sem contudo tais fichamentos serem apresentados junto ao TCC. Ao serem estabelecidas as bases práticas para a pesquisa, procurou-se garantir a execução da pesquisa seguindo o cronograma proposto além de propiciar a verificação das etapas de estudo.

3.1 TIPOS DE PESQUISA

No decorrer de pesquisa foram utilizados os seguintes procedimentos: apresentação da pesquisa bibliográfica relacionada à temática. Identificamos, inicialmente, trabalho de autoria de Medeiros e Soares (2009), bem como foi utilizado o Manual de Operações de ENC, o qual desenvolve os conceitos necessários a nossa pesquisa.

3.2 MÉTODOS

Procedemos ao levantamento dos dados bibliográficos, bem como fichamento do material a ser utilizado, os quais não constarão no TCC. A pesquisa foi unicamente de cunho bibliográfico.

Para tanto foram utilizados livros e artigos em bancos de dados eletrônico que tratam do assunto, bem como o Manual de Operações de ENC do Exército Brasileiro.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o grande número de empresas e organizações brasileiras no exterior, o número de cidadãos brasileiros em outros países cresceu de forma rápida, sendo que alguns encontram-se em países onde há um clima de insegurança devido a conflitos internos, instabilidades políticas, econômicas e sociais.

, o risco à integridade física destes cidadãos é iminente, havendo necessidade, muitas vezes, da retirada dos mesmos do país em questão. Em algumas situações o país anfitrião viabiliza essa retirada, através de meios de transporte normais. No entanto, em alguns casos, necessário se faz a utilização de forças militares para garantir que os mesmos saiam em segurança.

Dessa forma , surgem as Op ENC, as quais são conduzidas pelo Ministério da Defesa, através da solicitação do Ministério das Relações Exteriores ao Presidente da República, devendo os civis ser levados para um Local de Destino Seguro.

Tais operações, devido à sua característica de incerteza, podem ser determinadas sem aviso prévio, podendo o ambiente operacional ser permissivo, incerto ou hostil.

Para uma operação de evacuação de não combatentes é exigido, além da capacitação dos militares envolvidos, todo um planejamento minucioso, que inclui o reconhecimento dos ambientes nos quais se dará a operação: ambientes permissivos, ambiente incerto e ambiente hostil.

Deverão ser feitas algumas considerações específicas neste tipo de operação, como: apoio de saúde; busca e resgate em combate e evacuação aeromédica; restos mortais; comunicação social; operações psicológicas e assessoria jurídica.

Deve-se prever a localização da evacuação e implementar um plano para recepção e cuidado dos evacuados, mantendo-se sempre a ordem do local. As áreas de reunião dos evacuados devem ser criadas, bem como um centro de controle.

Em todas as fases de uma operação de evacuação de não combatentes é fundamental o planejamento e o conhecimento por parte dos militares envolvidos a respeito dos procedimentos a serem adotados em cada etapa da operação.

Assim sendo, a importância de treinamento e capacitação por parte destes militares. Com isso, o Exército Brasileiro criou o Manual de Operações de Evacuação de não Combatentes, o qual tem por finalidade estabelecer os fundamentos básicos para a orientação dos Comandos Operacionais (C Op), quanto à doutrina das Operações de Evacuação de Não Combatentes (Op ENC) no contexto de crise fora do território nacional.

Foi utilizando este manual e outros referenciais teóricos que realizou-se este estudo, tendo sido verificado os fundamentos da Op ENC, os ambientes operacionais, o emprego e procedimentos de Op ENC, o processamento de evacuados, dentre outros.

Por fim , os objetivos propostos foram alcançados, onde foi conceituado conflitos armados; analisado como se dão as Operações de ENC; e verificada a importância do militar que participa deste tipo de operação estar capacitado para tal.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Manual de Operações de Evacuação de Não Combatentes**. Brasília: Exército Brasileiro, 2013.

_____. **Manual de Evacuação de Não Combatentes por Fuzileiros Navais**. Brasília: Marinha do Brasil, 2004.

FAGUNDES, J. **Operação de evacuação de não combatentes**. Disponível em: <www.prezi.com/my_tdkqfhgoh/operacao-de-evacuacao-de-nao-combatentes/>. Acesso em: 20 abr. 2019.

MEDEIROS, S. E.; SOARES, D. S. **Manobra de crise e evacuação de não combatentes**. Disponível em: <www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/viewFile/521/273>. Acesso em: 17 jul. 2018.

PERRET, M. **Defining armed conflict**. Disponível em: <www.ploughshares.ca/armed-conflict/defining-armed-conflict/>. Acesso em: 20 abr. 2019.

VASCONCELOS, v.M **Operações de evacuação de não combatentes**. Disponível em: <www.comum.rcaap.pt>

ANEXOS

ANEXO 1 – MILITAR GUARDANDO ÁREA DE EVACUADOS

Fonte: EXÉRCITO BRASILEIRO (2019)

ANEXO 2 – HOSPITAL DE CAMPANHA PARA EVACUADOS

Fonte: EXÉRCITO BRASILEIRO (2019)

ANEXO 3 – EVACUAÇÃO DE NÃO COMBATENTES NA MANOBRA ESCOLAR

Fonte: CADETES DE CAVALARIA (2018)

ANEXO 4 – EVACUAÇÃO DE NÃO COMBATENTES NA MANOBRA ESCOLAR

Fonte: CADETES DE CAVALARIA (2019)